sobre a Reforma Psiquiátrica, a Lei 10.216 de 2001 e a Rede de Atenção Psicossocial – RAPS. Continuando a Conselheira relata a proposta que o Deputado Osmar Terra encaminhou para o CONAD, tendo em vista alterar a política sobre drogas vigente.

Destacamos que a Secretária responsável pela elaboração da ata não estava presente neste dia, mas antecipadamente justificou sua ausência, aos termos do regimento interno, desta forma a Presidente passou a atribuição para a Conselheira Helena Maria Ramos dos Santos (CRES/PR).

A Presidente informa que foram realizadas as alterações e correções nas atas das reuniões do dia 13 de dezembro, ordinária e do dia 07 de fevereiro, extraordinária, mas em função da falta de quórum não será possível a aprovação pela plenária.

Dando sequência passou-se para uma rodada de apresentação, em função de termos conselheiros novos participando da reunião. O Juiz de Direito de Curitiba, Dr. José Orlando Cerqueira se apresentou, informando que está representando o Poder Judiciário como Conselheiro Titular. O Dr. Guilherme de Barros Perini, Promotor de Justiça também se apresentou como Conselheiro Suplente da Drª Cristina Corso Ruaro.

A Presidente solicita aos membros das comissões para apresentarem os relatos, mas antes apresenta novamente as Comissões existentes no CONESD, sendo, Comissão de Prevenção, Tratamento Recuperação e Reinserção Social, Redução de Danos Sociais e à Saúde, Redução da Oferta, Comissão Estudos, Pesquisas e Avaliações, Grupo de Trabalho de Legislação. Dr José Orlando acena o interesse em participar da Comissão de Tratamento e Redução da Oferta, diz ter ótimas idéias em relação ao tratamento, propostas incisivas.

A Presidente destaca a necessidade das Comissões se reunirem em datas diferentes da reunião ordinária, tendo em vista ter maior funcionalidade nos trabalhos. Coloca em discussão a proposta para que cada coordenador entre em contato com os membros das comissões, para verificar melhor data e horário para que ocorra a reunião, sendo aprovado por todos.

Dando seguimento, a Presidente passa a palavra para a Conselheira Caroline Arns Arruda (SESI/FIEP), para fazer o relato da Comissão de Prevenção que foi realizada no dia 15 de fevereiro, na sala B, 5º. Andar do Palácio das Araucárias, sobre coordenação da Conselheira Juratriz (SEDS). A Conselheira Caroline relata que a reunião foi realizada num horário adequado a todos, num ambiente bem agradável, onde definiram o papel da comissão e elencaram várias propostas, como receber projetos e propostas de prevenção, avaliar, sugerir e aprovar projetos, estudar o tema para apresentar na plenária, buscar propostas de prevenção, sugerir temas para o PREVIDA e coloca ainda a necessidade de ter uma comissão específica para o PREVIDA . Informa que o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA, aprovou um valor de 4 milhões para ser destinado à projetos na área sobre Drogas, e que já está aberto o Edital para projetos, onde todos os municípios poderão participar. Sugere que o CONESD tome ciência da Resolução 109/2017 – CEDCA/PR, que estabelece os procedimentos do repasse de recursos no formato fundo a fundo para a implantação e fortalecimento de ações/estratégias de prevenção ao uso, abuso e transição à dependência de álcool e outras drogas, destinadas às crianças, adolescentes e suas famílias, no Estado do Paraná. A Conselheira sugere colocar na pauta do mês de março, para convidar um membro do CEDCA e de um município que desenvolve projetos nesta área, para fazer a apresentação desta Resolução. A Conselheira Drª Cristina reforça que já acontecerá a reunião com os municípios no dia 27 de março e será o momento de falar sobre esta Resolução. A Presidente Diana se compromete em fazer a divulgação dos documentos para todos os conselheiros, inclusive informa que participou e acompanhou este processo.

Prosseguindo a reunião, a Presidente passa a palavra para a Conselheira Maristela da Costa Souza (SESA), para fazer o relato da reunião da Comissão de Tratamento, que foi realizada no dia 07 de fevereiro de 2018, na sede do Conselho. A Conselheira coloca como primeiro ponto de partida a necessidade da discussão e efetivação do Plano Estadual de Políticas sobre Drogas, que foi elaborado em 2014 e com a mudança do CONESD para a SESP, este plano acabou não sendo aprovado, inclusive já disponibilizou o

arquivo para o Conselho. Como segundo ponto, coloca a necessidade de capacitar os Conselheiros sobre os 13 princípios para tratamento da Dependência Química, o NIDA que é um método utilizado nos Estados Unidos pelo Instituto que trata das questões de abuso de drogas, informa que irá divulgar este material para todos.

Ainda com a palavra a Conselheira fala também da necessidade de capacitação para os Conselheiros sobre as legislações sobre drogas que existe no nosso país, onde citou várias portarias da saúde, saúde mental, drogas. Propõe ainda elencar todos os estabelecimentos e serviços do Estado, público e privado, que prestam atendimento na área de dependência química, coloca como sugestão eleger critérios e indicadores para qualificar os equipamentos, como por exemplo: ouro, prata e bronze. Aponta ainda como sugestão, montar um manual de orientações para os serviços.

Continuando, propõe ainda que os municípios devam ser estimulados a criar os Conselhos Municipais de Políticas sobre Drogas, ou os Conselhos de Saúde criar uma Câmara Técnica para discutir as questões de álcool e outras drogas. A Conselheira sugere que as reuniões das comissões sejam realizadas na quarta semana de cada mês, ficando para definir o melhor dia da semana.

A Conselheira Helena (CRESS/PR) pede a palavra e coloca a necessidade da aprovação das propostas apresentadas pelas comissões, o que foi acatado pela plenária.

A Conselheira Caroline toma a palavra e coloca como sugestão para a Comissão de Tratamento, da emissão de um selo de qualidade para o serviço que se enquadrar nos critérios que serão definidos quanto à funcionalidade dos mesmos. Após discussão ficou definido que a Comissão ficará responsável pela discussão e organização desta premiação.

A Presidente assume a palavra e fala da falta de quórum na plenária, para a aprovação das propostas, onde foi registrada a presença de 12 membros representantes. Após discussões por vários membros, a Presidente coloca como sugestão a aprovação das propostas por "ad referendum", o que foi acatado por todos, desta forma foi aprovado por unanimidade às sugestões

e propostas apresentadas pela comissão de prevenção e tratamento. Não havendo mais relato de comissões a ser apresentado, a Presidente passa para o próximo ponto de pauta, que trata da reunião entre a SETI e MP sobre Prevenção, ocorrida em 07 de fevereiro de 2018.

No uso da palavra o Conselheiro Luiz Carlos Hauer (OAB/PR) coloca a falta de participação de Conselheiros representantes de vários órgãos e que isto está prejudicando o andamento do Conselho, as pessoas aparecem e depois faltam, atrapalhando o andamento do Conselho, que deve ser tomadas atitudes mais drástica. O Conselheiro fala das vagas que não estão sendo ocupadas. A Presidente informa que irá agendar uma reunião com o novo secretário da SESP para tratar das questões relacionadas ao Conselho, como um dos pontos a falta de participação dos Conselheiros. O Conselheiro João Rafael Iensen (DEPSD) se coloca a disposição para agendar esta reunião com o Secretário.

A Conselheira Sandra R. F. Santos Batista (CRP/PR), pede a palavra e fala da necessidade de discussão e adequação do Regimento Interno do CONESD, que enquanto isto não ocorrer, continuaremos tendo problemas quanto à participação nas reuniões. Propõe também que o Conselho faça reuniões itinerantes, como forma de maior integração entre os serviços. A Presidente coloca que incluirá este assunto na pauta da próxima reunião que acontecerá no dia 14 de março, para apreciação de todos. O Conselheiro Dr. José Orlando Cerqueira Bremer (Judiciário), fala da importância da reunião ter uma sistematização e ordem cronológica das pautas bem definidas, para cumprimento das mesmas, inclusive deixando um tempo de pelo menos 30 minutos para informes finais.

No uso da palavra, a Presidente menciona a necessidade de ter uma Comissão Orçamentária, que foi apontada pela Comissão de Prevenção, para acompanhar a questão dos recursos fundo a fundo, e que irá batalhar junto ao Governo de Estado e a SENAD, para ter estes recursos. A Conselheira Maristela questiona se é papel do CONESD deliberar sobre isto. A Presidente coloca que é uma sugestão de criar esta comissão para fazer este acompanhamento dos recursos, uma vez que a Diretoria executa o trabalho,

mas o Conselho é quem faz as deliberações. Após ampla discussão por vários Conselheiros, principalmente o Conselheiro Luiz Carlos Hauer (OAB/PR), sobre a questão do fundo, da necessidade de habilitação do Conselho para receber os recursos, ficou definido que será criada a Comissão Orçamentária.

Neste momento houve uma ampla discussão sobre a importância da capacitação para os conselheiros municipais, principalmente na questão da elaboração de projetos, onde o Conselheiro Dalton Gean Perovano (BPEC/PMPR), cita vários órgãos de fomento para captação de recursos.

Passando para o próximo ponto de pauta, a Presidente discorre sobre a reunião do dia 27 de março dos Conselhos Municipais e interessados na criação dos Conselhos Municipais, quanto à definição do local do encontro. Este encontro tem também como objetivo, fomentar a criação de conselhos municipais de políticas sobre drogas, que hoje no Paraná, de 399 municípios, apenas 39 possuem o conselho instalado. A Conselheira Helena (CRESS/PR) fala do trabalho das diferentes secretarias, que quando se trata da política sobre drogas, necessariamente precisa ser integrada, que inclusive os recursos para estas áreas não vem para uma conta única, ou seja, a saúde tem a previsão orçamentária para desenvolver a política, assim como a assistência social, a segurança. O Conselheiro Guilherme de Barros Perini (MPPR) relatou sobre o Auditório do Ministério Público para o Encontro dos Conselhos, que tem capacidade para 240 pessoas, mas o fato de estar em reforma, teme não ficar pronto nesta data, mas que estará verificando e no dia seguinte dará uma resposta. Levantou-se também a possibilidade da utilização do Auditório do SESI/FIEP, ficando sob responsabilidade da Conselheira Caroline, verificar sobre esta possibilidade.

A Conselheira Caroline volta à discussão quanto ao local das reuniões do CONESD, que não acha viável fazer reuniões itinerantes neste momento, pois o Conselho precisa se fortalecer e por outro foi muito bem acolhido pela Diretoria. O Conselheiro João Rafael Iensen (DEPSD) coloca a Diretoria a disposição do Conselho. A Conselheira Maristela reforça a importância da aproximação do CONESD com a SESP, em função de estarmos ligados a ela.

O Conselheiro Guilherme de Barros Perini (MPPR) toma a palavra e fala das pautas antigas do Conselho, da necessidade da alteração do Regimento Interno, a questão do Fundo, sede própria (sala) do Conselho.

O Conselheiro Dalton Gean Perovano (BPEC/PMPR) assume a palavra e reforça novamente a importância da reunião com o Secretário, para mostrar o trabalho do Conselho e apresentar as pautas.

Neste momento a Conselheira Cristina Corso Ruaro e o Conselheiro Guilherme (MPPR), informam que não será possível utilizar o Auditório do MP, pois a reforma está prevista para ser concluída no dia 23 de março de 2018, ficando muito próxima da data do evento, correndo o risco de ter problemas. Desta forma o Conselheiro Luiz Carlos Hauer (OAB/PR), ficou de verificar a possibilidade de utilização do Auditório da OAB e a Conselheira Caroline Arns Arruda (SESI/FIEP), verificará o Auditório do SESI/FIEP.

O Conselheiro Luiz Carlos Hauer (OAB/PR), no uso da palavra aponta como sugestão que no encontro dos Conselhos Municipais, a apresentação dos projetos dos municípios deverá ser na forma de Banner para otimizar o tempo, propondo apenas 5 minutos para cada apresentação.

A Presidente neste momento assume a palavra e propõe montar uma Comissão específica para discutir e desenhar a PREVIDA. A Comissão foi organizada sendo composta pelos Conselheiros/as Diana, Luiz Carlos Hauer, Helena, Caroline, Cristina, João Rafael, Maristela, Perovano, Guilherme e Rita Arantes, ficando agendada reunião para o dia 15 de março de 2018, às 9h na sede do Conselho.

É a memória, lavrada pela Conselheira Helena Maria Ramos dos Santos (CRESS/PR).

Curitiba, 21 de fevereiro de 2018.